

As Operações no Sul do Brasil, em 1767: “Uma Guerra Ridícula de Subalternos”?

*Silvino da Cruz Curado**

Resumo: No dia 28 de maio de 1767, o Governador do Rio Grande do Sul, José Custódio de Sá e Faria, determinou um ataque à vila do Rio Grande, na oportunidade ocupada pelos espanhóis. A operação contrariou interesses da Coroa portuguesa, àquela época empenhada em manter relações pacíficas com o Governo espanhol, que, ao apresentar suas desculpas, eximindo-se da responsabilidade pelo incidente, chamou-o de “guerra ridícula de subalternos”. O artigo fornece elementos para que se possa dar resposta à pergunta expressa no título.

Palavras-chave: Lutas ao Sul do Brasil entre portugueses e espanhóis, Conde de Oeiras, Marquês de Pombal, ataque a Rio Grande.

Na tarde do domingo, 6 de setembro de 1767, chegou a Lisboa uma embarcação, despachada do Rio de Janeiro a toda vela, para levar a notícia de uma pequena e malsucedida ação militar, ocorrida nos confins meridionais do Brasil (Esboço 1). Tratava-se de uma notícia inoportuna porque, nesse momento, qualquer rompimento da nossa parte poderia pôr toda a Europa em armas e, no mínimo, afetar seriamente as relações entre as cortes de Portugal e Espanha, que se achavam “na mais estreita amizade que entre elas se viu depois de alguns séculos,” permitindo ne-

gociar a fixação dos limites do Brasil. Para Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, mas ao tempo ainda Conde de Oeiras, poderia ser, também, um duro golpe nos seus obsessivos esforços para provocar a extinção da Companhia de Jesus, anulando o indispensável apoio da Espanha que um fugaz momento favorável parecia possibilitar.

Não admira, por isso, que a reação fosse imediata, tomando-se medidas que procurassem tranquilizar os espanhóis. Assim, logo no dia 10, escreveu o Conde de Oeiras ao Embaixador em Madri, para demonstrar o não-envolvimento da Coroa no “fogosito desatino” de um distante comandante local que permitira o aparecimento de

* Tenente-General do Exército português. Comunicação apresentada em 6 de setembro de 2000, no Auditório Pedro Calmon, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



Esboço 1 – Sul do Brasil na segunda metade do século XVIII.

“uma guerra ridícula de subalternos,” possivelmente “acirrados uns contra os outros por intrigas e estratégias dos jesuítas,” e propor o envio de ordens urgentes ao governador de Buenos Aires, no sentido de se repor tudo no estado anterior. De forma habilidosa, parecendo não lhe dar grande relevo, não deixou de referir o ataque tam-

bém frustrado que, no ano antecedente, os espanhóis tinham tentado em Mato Grosso e do qual Carlos III se desculpara, responsabilizando as autoridades de Tucumán.

Na mesma data, era nomeado vice-rei o Conde de Azambuja, que devia passar sem demora da Bahia ao Rio de Janeiro, procurando compor, com o general espanhol, to-

das as desordens e remediar os ditos absurdos ou suspender os efeitos deles, enquanto não chegavam as ordens da Corte de Madri.

E, para que não restassem dúvidas, José Custódio de Sá e Faria, governador do Rio Grande de São Pedro, mas agora designado apenas como comandante, deveria ser preso e transportado a Lisboa, para responder por aquele ato que ele próprio escrevera ser contrário às ordens que tinha.

É, pois, à volta de pequenas ações que me proponho falar, como pequenas foram muitas das bem esforçadas ações que ajudaram a formar, construir e defender esse grande País. Ações que tiveram lugar no litoral, nos sertões, nas incertas fronteiras e também no Atlântico onde, por causas naturais ou pela cobiça de estranhos, tanta vida e fazenda se perderam.

Grande e contínua, ainda que de natureza diversa, essa foi a batalha da diplomacia portuguesa pela integridade deste portentoso Brasil, cujos quinhentos anos de história nos orgulhamos de estarmos a comemorar conjuntamente. Batalha travada num complexo e volúvel campo de interesses das potências de então, do qual Portugal não se podia subtrair. Batalha sem cujo conhecimento mínimo não é possível compreender a História do Brasil, da mesma maneira que, sem se saber o peso que Brasil repre-

sentava na Coroa portuguesa e na posição que Portugal ainda ocupava no mundo, não se conseguem entender as opções que tomava e as hesitações que por vezes aparentava.

Acrescente-se que o Conde de Oeiras era um governante do seu tempo, não mais maquiavélico que os seus pares espanhóis, franceses e ingleses, mas talvez mais ingê-

nuo, parecendo acreditar que, lançados os seus raciocínios no papel, tudo se iria passar como estabelecera. Tinha no seu irmão, Francisco Xavier Mendonça Furtado, Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, um colaborador incondicional. Finalmente, não se anule D. José, como por vezes se sugere, pois o rei de tudo tomava conhecimento e nada se de-

cidia nessas matérias sem sua aprovação.

A tentativa falhada de ataque à vila do Rio Grande e a subsequente ocupação da Guarda do Norte, em 1767, que não merecem grandes referências aos historiadores portugueses, são tratadas com algum desenvolvimento nas obras de excelentes historiadores brasileiros, mas de forma que, à luz dos pressupostos anteriormente referidos, me levantaram dúvidas quanto a alguns pontos. Decidi, por isso, realizar uma limitada pesquisa, tendo localizado alguns documentos que talvez sejam conhecidos mas que não foram referidos, por exemplo,



General Silvano da Cruz Curado

nas obras de Abeillard Barreto, um dos grandes conhecedores da documentação referente ao Rio Grande do Sul, nem em recente, volumoso e bem-documentado trabalho de Tau Golin, que inclui uma biografia de José Custódio de Sá e Faria, o governador que ordenou o desencadeamento das referidas operações.

É para o modesto resultado da referida pesquisa, no ponto em que atualmente se encontra, que vos solicita uma benevolente apreciação este amator, tardiamente chegado a tais assuntos.

Começemos por recordar alguns fatos, personagens e datas, elementos proscritos de várias das inovadoras Histórias atuais, mas cujo conhecimento, assumido ou apenas subentendido, tal como a narrativa, não me parece poderem ser completamente dispensados. Nesse sentido, foi publicado recentemente, em Portugal, o ensaio *Apologia da História Política*,¹ título que seria impensável há alguns anos.

Quando o conhecimento oficial do Tratado de Paris de 1763 pôs fim à ofensiva de D. Pedro Cevallos, governador de Buenos Aires, já as forças espanholas tinham ocupado a vila do Rio Grande de São Pedro e a margem norte do canal que liga a Lagoa dos Patos ao Oceano Atlântico (Esboço 2). Toda a região se encontrava em grande desordem, com as populações e os militares dispersos. O governador refugiara-se em Viamão, doente e completamente desacreditado. No Rio de Janeiro, por morte do Conde de Bobadela,

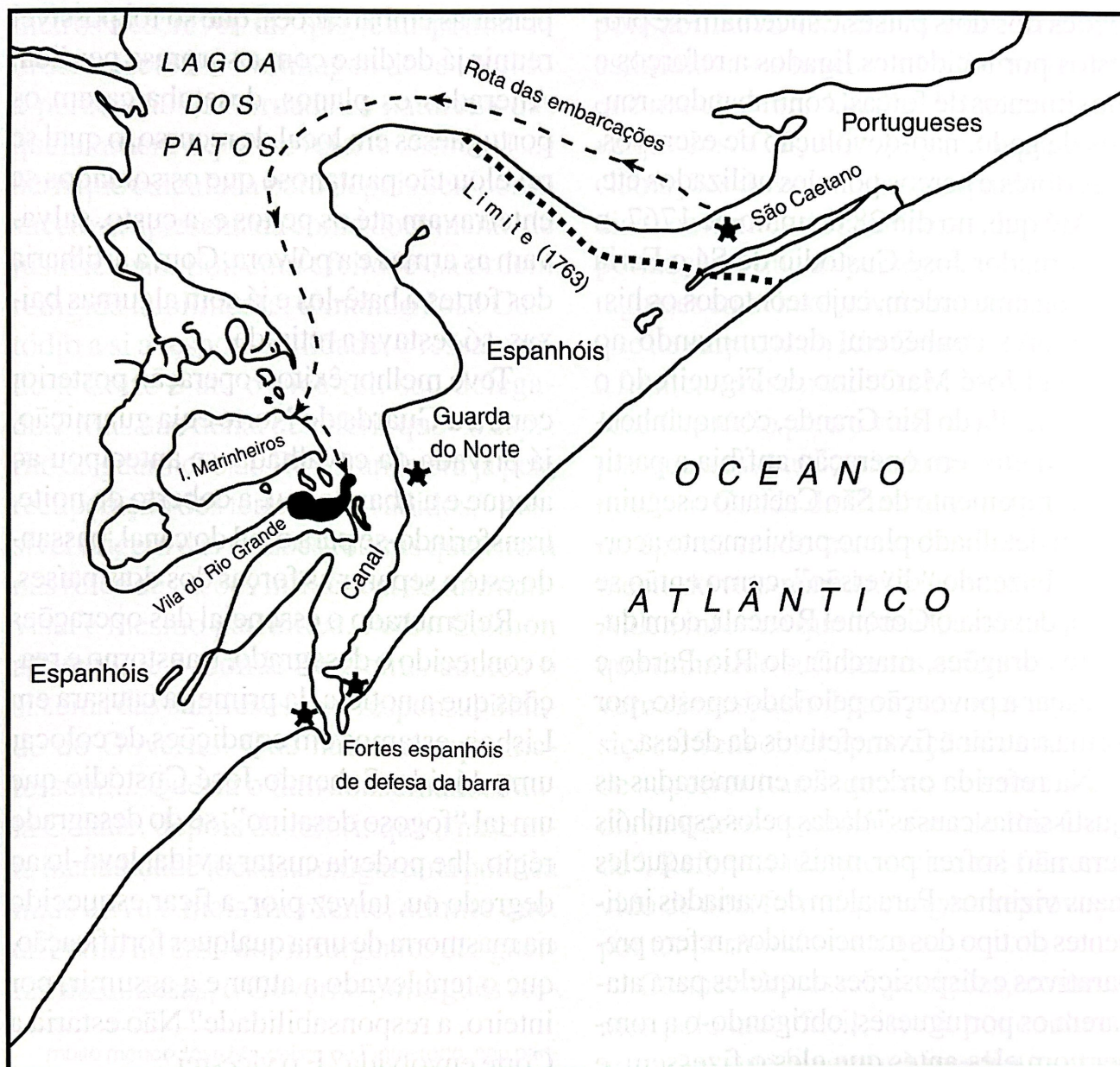
governava uma junta com as limitações próprias da sua interinidade. Em tais condições, foi fácil aos espanhóis conseguir um acordo local de limites que consagrasse a situação por eles alcançada e lhes garantisse a exclusividade da utilização do referido canal, asfixiando o território interior que restara aos portugueses.

Reagiu a Coroa, nomeando o Conde da Cunha para o cargo de vice-rei e residência no Rio de Janeiro para tomar, no Brasil, as medidas que a situação exigia, destacando-se, entre as que tomou, a designação do Coronel José Custódio de Sá e Faria para o governo e comando militar do Rio Grande. Na Europa, recorreu-se, com o maior empenho, à via diplomática para conseguir a restituição dos territórios ocupados durante a guerra, tal como ficara previsto nos Tratados de Paz, preliminar e definitivo.

Cevallos, que, recorde-se, tinha sido enviado da Espanha para impor a entrega a Portugal do território das Missões, no âmbito da execução do Tratado de Madri de 1750, acabara por se tornar inimigo declarado de Portugal, propondo a conquista da Ilha de Santa Catarina e do Rio de Janeiro e mesmo, mais tarde, do Portugal europeu, de cujo planejamento chegou a ser encarregado. Não podia, por isso, concordar com a entrega do que já conseguira pela força das armas, fornecendo à sua Coroa as interpretações dos tratados que, aceitos por outros notáveis, permitiam manter a posse do Rio Grande, entregando, apenas, a praça de Colônia, e esta com tão severas restrições que não pudesse sobreviver.

Chegara-se, assim, em 6 de fevereiro de 1765 e à posição definitiva da Espanha de

1 M. Fátima Bonifácio. *Apologia da História Política. Estudos sobre o Século XIX Português*. Lisboa: Quetzal, 1999.



Esboço 2 – Canal do Rio Grande com o percurso da força do Coronel José Marcelino de Figueiredo. (Adaptado de BARRETO, 1979, p. 172.)

não entregar os territórios do Rio Grande de São Pedro por considerá-los legitimamente seus. A Inglaterra, garante dos tratados, não se dispunha a recomeçar a guerra por umas quantas léguas de sertões americanos. Portugal, sem o apoio inglês, não estava em condições de a levar a cabo.

Localmente, seguiu-se um período de recuperação da administração e assentamento das populações em novos povoa-

dos, protegidas por algumas fortificações de rápida construção. Com empenho do vice-rei, foi-se rejuvenescendo, reforçando e rearmando a força militar que passou a contar, também, com José Marcelino de Figueiredo, um coronel pouco acomodaticio.

Como facilmente se adivinha, não era tranqüila a situação nessa fronteira em disputa. Vigiavam-se mutuamente as guar-

nições dos dois países e sucediam-se protestos por incidentes ligados a reforços e movimentos de forças, contrabandos, roubos de gado, não-devolução de escravos, desertores e barcos por eles utilizados etc.

Até que, no dia 28 de maio de 1767, o Governador José Custódio de Sá e Faria assinou uma ordem, cujo teor todos os historiadores conhecem, determinando ao Coronel José Marcelino de Figueiredo o ataque à vila do Rio Grande, com quinhentos homens, em operação anfíbia a partir do acampamento de São Caetano e seguindo um detalhado plano previamente acordado. Fazendo "diversão", como então se dizia, deveria o Coronel Roncali, com duzentos dragões, marchar do Rio Pardo e ameaçar a povoação pelo lado oposto, por forma a atrair e fixar efetivos da defesa.

Na referida ordem são enumeradas as "justíssimas causas" dadas pelos espanhóis para não sofrer por mais tempo aqueles maus vizinhos. Para além de variados incidentes do tipo dos mencionados, refere preparativos e disposições daqueles para atacarem os portugueses, obrigando-o a romper com eles antes que eles o fizessem, e isso apesar das estreitas ordens superiores que tinha para conservar com os ditos espanhóis a melhor harmonia.

Parecia bem planejada a operação, mas não foi possível manter em segredo os seus preparativos e a execução não foi feliz. Por terra, o Coronel Roncali teve atuação deficiente: partiu tarde e, não conseguindo vencer com oportunidade os obstáculos provocados pelas chuvas, atrasou-se, denunciando a sua presença e objetivo. Por água, ventos fortes e neblina noturna fizeram dis-

persar as embarcações, que só foi possível reunir já de dia e com a surpresa perdida. Alterados os planos, desembarcaram os portugueses em local de recurso, o qual se revelou tão pantanoso que os soldados se enterravam até os peitos e, a custo, salvavam as armas e a pólvora. Com a artilharia dos fortes a batê-los e já com algumas baixas, só restava a retirada.

Teve melhor êxito a operação posterior contra a Guarda do Norte cuja guarnição, já privada da cavalaria, se antecipou ao ataque e a abandonou, a coberto da noite, transferindo-se para o sul do canal, passando este a separar as forças dos dois países.

Relembrado o essencial das operações e conhecido o desagrado, transtorno e reações que a notícia da primeira causara em Lisboa, estamos em condições de colocar uma dúvida. Sabendo José Custódio que um tal "fogosito desatino", se do desagrado régio, lhe poderia custar a vida, levá-lo ao degredo ou, talvez pior, a ficar esquecido na masmorra de uma qualquer fortificação, que o terá levado a atuar e a assumir, por inteiro, a responsabilidade? Não estaria a Corte envolvida? E o vice-rei?

De forma geral, os historiadores aceitam a versão de José Custódio constante da ordem de 28 de maio para José Marcelino mas, face à substituição do Conde da Cunha, admitem que este pudesse ter alguma responsabilidade no assunto, sem contudo a delimitarem.² Southey, dos pri-

2 Os pontos de vista que se indicam foram extraídos das obras constantes da bibliografia: SOWTHEY, p. 329; VARNHAGEN, p. 188; CALMON, p. 1173; CIDADE, p. 85; BARRETO, 1973, p. 487 e 1979, p. 180; ALDEN, p. 105. MONTEIRO, p. 131, escreveu: "Não era o Coronel José Custódio de Sá e Faria e

meiros a escrever, diz que se suspeitou de ordens secretas. Varnhagen deve ter tido a percepção da verdadeira natureza daquela ordem à qual se referiu assim: "(...) nem que calculada para depois ser, como sucedeu, apresentada como documento de justificação. Foi, com efeito, essa ordem redigida habilmente, tomando José Custódio a si a responsabilidade, e ressaltando a Corte e até o vice-rei, seu delegado." Mas não deixa de referir que "o espírito da guarnição do Rio Grande era já pela recuperação dos terrenos invadidos," possível origem das versões futuras que viram nas referidas ações influência de raiz nativista e mesmo patriótica. Pedro Calmon afirma que o Conde de Oeiras adotou o sistema das surpresas sem responsabilidade do Governo. Que não o comprometessem!... Queria o fato consumado. Paula Cidade, depois de referir que a nascente mentalidade localista exigia uma política mais ativa e mais mordente, admite que, tal como no caso dos insurgentes das guerras holandesas, o Governo português res-

muito menos José Marcelino de Figueiredo, seu principal auxiliar, para receberem contínuas reclamações dos moradores do continente, que a prepotência dos invasores angustiava, sem pensar em dar uma lição aos seus incômodos vizinhos, sabendo que os rio-grandenses compartilhavam dessa vontade. E de tal forma foram as vexações, que o Governador José Custódio, arcando com as responsabilidades, indo contra as ordens da metrópole de conservar a boa harmonia (...). Mas, na p. 136, afirmou que o vice-rei "(...) esperava que o ataque se desse, mas ficasse limitado à barranca norte, e não se estendesse mais longe, à vila do Rio Grande, pois as ordens recebidas da metrópole determinavam que se os espanhóis fizessem algum atentado, os portugueses deviam apertá-los e não esperou José Custódio pelo atentado, fez o ataque, e se estendeu mais longe que a barranca, o levou até a vila do Rio Grande. PINHEIRO, p. 98, atribui a iniciativa a José Custódio, segundo a sua ordem de 28 de maio.

ponsabilizava os chefes militares mas estimulava-os no caminho da guerra em que marchavam. Abeillard Barreto escreve que José Custódio, julgando que as reclamações do comandante espanhol excediam os limites da paciência e da contemporização e que as perseguições aos portugueses eram intoleráveis, resolveu um ataque de surpresa ao Rio Grande. Mas, mais à frente, acrescenta: "O texto da carta [de José Custódio para o vice-rei] permite supor que a essa ação não houvesse sido estranho o Conde da Cunha, como constou na época, tendo motivado o seu afastamento do vice-reinado." Finalmente, Dauril Alden informa que "José Custódio achou que tinha tido suficientes ameaças do governador espanhol para atacar as suas posições. Sem obter aprovação de autoridade superior (tanto quanto se sabe), decidiu lançar os espanhóis fora do Rio Grande". Refere ainda que o vice-rei foi removido de uma forma que sugere reprovação por ter permitido o ataque.

Conhecidas essas posições, começamos pelo mais fácil, isto é, por conhecer as razões que levaram à imediata substituição do Conde da Cunha. De acordo com a versão oficial constante da Carta Régia que o nomeou para o prestigiado cargo de Presidente do Conselho Ultramarino, o Conde regressava ao Reino para cuidar da saúde, atendendo às queixas de que padecia e às representações que fizera.

Porém, Mendonça Furtado, em secretíssima instrução para o novo vice-rei, informou-o que, além do ataque de José Custódio, ficara o Conde da Cunha disposto a socorrê-lo para continuar a mesma guerra,

quando deveria ter mandado buscar preso o dito coronel e escrito ao governador de Buenos Aires procurando remover toda a desconfiança. A falta de tais providências não poderia deixar de ser fatal numa conjuntura tão delicada e, por isso, passava o Conde de Azambuja para o Rio de Janeiro, a fim de repor tudo no estado antigo. Por outro lado, o rei estranhara que o Conde da Cunha tomasse sobre si a resolução de não cumprir a ordem de remeter, em 15 dias, os cabedais que já se achavam retardados, retendo a fragata a isso destinada, o que criava sérios problemas ao Erário e a toda a Praça de Lisboa.

O Conde da Cunha procurou servir a Coroa, no Brasil, com grande zelo mas, ao contrariar os abusos que encontrou, sabia ter desagradado a muitos setores locais, e até de Lisboa.³ Doente, pedia insistentemente sucessor. Mas não esperava, por certo, sair com tanta urgência e daquela forma. Frontal, não deixara de mostrar desagrado pelo envio, pouco antes, do General Böhm com autoridade de comandante-em-chefe de todas as tropas.⁴ E, face à ordem para se embarcar com a possível brevidade, escreveu: "(...) desta terra, que como dela não levo mais que tão-somente minha mulher, não tenho motivo algum que me possa demorar. A pouca prata e os poucos móveis que possuo é

preciso que aqui me fiquem para que, vendendo-se, se possam pagar com o produto deles as minhas dívidas." A presteza com que quis embarcar livrou-o de mais um dis-sabor. É que o Conde de Azambuja era portador de uma segunda Carta Régia, que logo devolveu a Lisboa, e que só devia servir encontrando no Conde da Cunha disposições em contrário, das quais nem o mais leve indício descobriu.

Que orientações dava a Coroa relativamente às relações com os espanhóis?

O Conde de Oeiras procurava, através de extensas cartas instrutivas, transmitir ao vice-rei e aos governadores das capitanias a sua percepção – e é esta que agora nos interessa – da complexa e instável política européia e dos seus reflexos para o Brasil, e dar as orientações que cada situação, sentida em Lisboa ou comunicada de além-mar, justificava. Mas é preciso recordar que, em termos de comunicações, Lisboa estava a três meses de distância do Rio de Janeiro e este a vinte dias do Rio Grande, havendo, além disso, que contar com outras condicionantes de que se destacam as condições meteorológicas, as limitações à navegação em determinadas épocas e mares, e a pouca disponibilidade de navios.

Não é possível analisar aqui essas cartas. São muitos documentos, centenas de páginas que contribuem para a compreensão desse período. A primeira idéia a reter é a de que o Conde de Oeiras procurou evitar qualquer novo avanço castelhano e nunca se conformou com a não-devolução do Rio Grande, variando apenas os processos pelos quais julgava possível reavê-

3 Carta de 7 de julho de 1767, do Conde da Cunha para Mendonça Furtado, *Revista do IHGB*, v. 254, p. 396. Original no A.H.U., doc. avulsa da Capitania do Rio de Janeiro.

4 Carta de 30 de outubro de 1767, do Conde da Cunha para o Conde de Oeiras, A.H.U., doc. avulsa da Capitania do Rio de Janeiro: "(...) nem também me parecer conveniente que a um vice-rei com patente de capitão-general, se lhe dê um colega com autoridade de general-em-chefe de todas estas tropas (...)."

lo: pressão diplomática, aproveitamento de oportunidades tais como a resposta a agressões ou o abandono pelos espanhóis de posições para irem submeter os jesuítas, novas negociações de limites e, falhados esses, a guerra. Os espanhóis eram, no mínimo, aparentes amigos ou maus vizinhos, sendo freqüentemente referidos como inimigos, orgulhosos, arrogantes, infestos ou incertos, de acordo com o relacionamento que se vivia.

Correndo todos os riscos que a utilização de curtas citações comporta, procuremos criar o clima que se foi desenvolvendo.

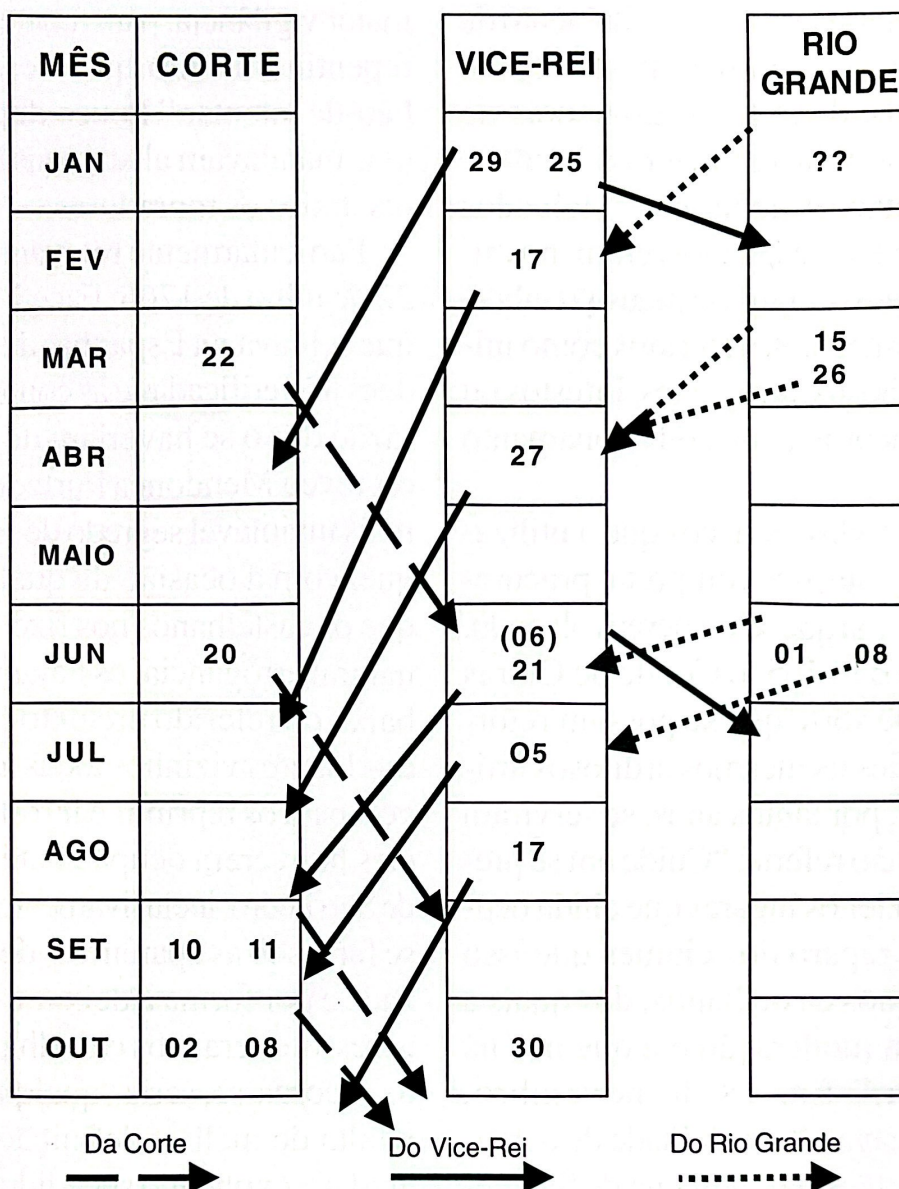
No início de 1765, o Conde de Oeiras escrevia: "De sorte que se possam retorquir contra eles os mesmos ardilosos artifícios de que, por tantos anos, se serviram (...)." Já o irmão referia: "Cuide em se prevenir e defender os lugares que ainda ocupamos, sem reparo dos ciúmes que isso pode causar aos castelhanos, dos quais a força e não a moderação é a que nos há de defender." Em 18 de novembro, Oeiras explicava a "necessidade de defendermos os sertões da Capitania de São Pedro, com superioridade das nossas forças, de sorte que não só os não deixemos adiantar, mas os obriguemos a retroceder quanto possível for". Três dias depois, de novo esperançado em desejadas diligências inglesas, escrevia ao Morgado de Mateus, governador de São Paulo, que "não seria conveniente que V. Sa. fizesse aí o menor movimento que parecesse rotura da nossa parte".

Em fevereiro de 1766, tendo piorado a situação na Europa, recomendou Mendonça Furtado: "É necessário estarmos com a

maior vigilância, para rebatermos qualquer repentino insulto que eles, sem dúvida, hão-de intentar." Pouco depois, cartas régias mandavam alistar, nas tropas auxiliares, todos os moradores.

Particularmente relevante foi a carta de 22 de julho de 1766. Face à desorientação que reinava na Espanha, devido às desordens ali verificadas e às conjunturas que em razão disso se haveriam de oferecer, nela escreveu Mendonça Furtado, "debaixo do mais inviolável segredo de Estado (...) para que, com a ocasião de qualquer atentado que os castelhanos nos fizerem, com a sua natural arrogância, os hajam de repelir debaixo do referido pretexto (...); ajuntando dos lugares vizinhos todas as forças possíveis para os reprimir e ir restaurando o que eles houverem ocupado até o Rio Grande de São Pedro, inclusivamente (...)" Tudo isto se faria sob as aparências de fraternal amizade e por forma a deixar evidente que os agressores eram os castelhanos. O pretexto, recorda-se, seria "qualquer atentado" e a falta de melhor definição deste poderá ajudar a explicar o sucedido.

De posse dessa nova orientação, logo em 12 de outubro escreveu o vice-rei, não só ao governador do Rio Grande mas também aos coronéis Roncali e José Marcelino, cartas que não foi possível localizar, ordenando-lhes, segundo informou a Mendonça Furtado em 29 de janeiro seguinte (Esboço 3), "pusessem em execução o que El-Rei Nosso Senhor foi servido ordenar-me a respeito de haverem de repelir os castelhanos, debaixo do pretexto de qualquer atentado que eles nos fizessem com a sua natural arrogância, para irmos restaurando



Esboço 3 – Correspondência de 1767.

o que eles nos têm ocupado até o Rio Grande de São Pedro, inclusivamente”. Como se vê, o Conde da Cunha não acrescentou, como noutra altura lhe fora recomendado, quaisquer providências que julgasse úteis e necessárias. Mas convém notar que, em 17 de fevereiro seguinte, ao escrever para Lisboa, referia esperar, face a um incidente epistolar ocorrido, que os espanhóis dessem “motivo para os apertarmos,” não se podendo “fazer maior serviço que o expulsar os castelhanos do Continente ao Norte

do Rio Grande”. Teria dado alguma orientação suplementar para se tentar a conquista ao norte do Canal?

O Coronel José Marcelino, jovem e impulsivo, respondeu que executaria as ordens na primeira ocasião que se lhe oferecesse. Mas José Custódio, engenheiro militar, arquiteto e cartógrafo de elevados méritos, traquejado em arrastados anos de negociações nas partidas das demarcações sob as ordens do experiente Gomes Freire de Andrade e mesmo depois, em sua

substituição, e agora com a responsabilidade do governo e do comando, respondeu prudentemente, segundo o vice-rei comunicou, em 29 de janeiro, a Mendonça Furtado: "(...) que os castelhanos estão tão pacíficos, que se persuade que nos não darão motivo para rompermos com eles; e pergunta-me se deve buscar pretexto aparente para os atacar com mais segurança. Ao que lhe respondi [em carta de 25 de janeiro, não localizada] que só executasse o que lhe tinha ordenado por me parecer que em matéria tão grave não devia eu exceder na mínima circunstância ao que Sua Majestade me tinha ordenado e neste ponto me dirá V. Exa. o que se deve obrar, no caso que a execução do primeiro ataque se demore com motivo que José Custódio se persuade que o há-de dilatar."

Cruzou-se a carta do vice-rei com outra de 22 de março, de Mendonça Furtado, que se referia sobretudo aos projetos do Morgado de Mateus, a partir de São Paulo, mas cuja doutrina era extensiva ao Rio Grande. Embora mantendo a idéia de repelir alguma violência dos espanhóis e aproveitar a ocasião para os fazer sair das terras em que injustamente se conservavam, a mensagem passara a ser mais cautelosa: "Isto, porém, se entende no caso dos ditos vizinhos cometerem algum atentado (...) não ser conveniente que rompamos por nossa parte uma guerra que se incendiará em toda a parte." Esta mesma ideia é repetida: "(...) não devem ser empregadas em um rompimento pela nossa parte com conseqüências de pôr toda a Europa em armas quando nos fizéssemos agressores intempestivamente (...)."

Essa carta só foi recebida no Rio de Janeiro em 6 de junho, isto é, no dia em que a bandeira portuguesa, ao som das salvas, foi içada na guarda do norte e que, por ser o aniversário do rei, se passou a chamar São José do Norte. O vice-rei, ainda desconhecendo o sucedido, apressou-se a enviar a "substância" da última Real Ordem ao governador do Rio Grande, em termos que desconhecemos, mas era tarde! Muito mais tarde chegaria resposta à dúvida sobre a busca de pretextos aparentes. Tinha "havido no estado das coisas uma tão notável mudança" que se devia cultivar com os castelhanos toda a boa harmonia. Como seria possível ao diligente governador, lançado em tais lonjuras, assoberbado com difíceis problemas nas áreas civil e militar e a permanente escassez de meios, interpretar, em sintonia com a Coroa e o vice-rei, as sucessivas e sutis alterações no relacionamento que deveria manter com os vizinhos?

Voltemos atrás e imaginemos José Custódio às voltas com a referida carta de 25 de janeiro, toda escrita pelo punho do vice-rei, o que denotava a importância e confidencialidade do assunto. Que pena não conhecermos os seus precisos termos! Segundo o vice-rei, como já se viu, ter-se-ia limitado a dizer que nada podia acrescentar às ordens régias. Só restava, pois, ao governador do Rio Grande interpretá-las. Deve ter sido o que fez e, em 26 de março, respondeu dizendo: "(...) logo que a recebi e compreendi o que V. Exa. me ordenava (...)." E seguiu descrevendo as diligências que estava desenvolvendo para preparar as operações. Haveria mais alguma coisa es-

crita na carta ou leu nas entrelinhas? Deveria expulsar os espanhóis do norte do canal e assumir a responsabilidade para ilibar a Corte e o vice-rei, como era de honra na época? Por agora são apenas hipóteses de trabalho.

Um mês depois, já conhecedor dos preparativos para o cumprimento das ordens de Sua Majestade que poderiam até já estar executadas, escrevia o Conde da Cunha a Mendonça Furtado: “Parece-me infalível que, batidos os castelhanos do norte do Rio Grande, nos pretendam fazer o mesmo na Praça de Colônia e que a guerra nos ficará declarada com esta nação em toda a parte que com ela confinamos no Brasil (...)” Saliente-se a repetida referência ao norte do Rio Grande e a convicção de que de tal ação resultaria o alastramento da guerra.

Ainda antes de novas notícias do Rio Grande, chegou, como vimos, a proibição de rompimento pela nossa parte, o que não deve ter deixado tranquilo o vice-rei. E menos ficou quando soube que José Custódio tinha mandado atacar a vila do Rio Grande por lhe parecer e a José Marcelino “que era o golpe mais importante pois, conseguindo-se este, com facilidade seríamos senhores da Guarda do Norte (...)”.

Contrariando a versão generalizada, baseada na ordem de ataque do dia 28, de que José Custódio reagira, por sua iniciativa, às inaceitáveis provocações dos espanhóis, temos o seu depoimento numa outra carta, também de 1º de junho, para o vice-rei e não destinada a ser exibida a estranhos. Diz assim: “Pela carta que nesta ocasião escrevo a V. Exa. se vê os motivos que

achei mais próprios para romper com os espanhóis, pois não era possível que eles, na conjuntura presente, me dessem outros mais fortes, pois estavam na maior quietação, e como a estação que entra é a do inverno cada vez se iam dificultando mais os meios para o empreender: não podia ser rompimento como acaso, e não como ação premeditada, porque se não oferecia ocasião oportuna para assim se executar.”

Ao comunicar o fato a Lisboa, o vice-rei censurou José Custódio por “ter errado o golpe que se não devia empregar, nem premeditar, senão na parte do Norte e com muita segurança (...) dizer eu (...) que, no caso que os castelhanos nos fizessem algum atentado, os apertassem as nossas tropas vigorosamente, não tem coisa alguma com o ir, sem bastante motivo, atacá-los em parte distante e perigosa, ficando-lhe o inimigo dentro em casa e pelas costas”.

Um ano depois, o Conde de Azambuja, novo vice-rei, teve a coragem de escrever ao Conde de Oeiras: “Escuso de dizer que José Custódio não teve culpa, o que ele mostra pelas cópias das ordens que teve. Talvez não fosse aquela empresa feita em tempo próprio mas, de qualquer sorte, sempre nos foi muito útil. Nem José Custódio nesta empresa andou precipitado, antes pelo contrário, com tanta segurança e tanta mora que o comandante espanhol penetrou o desígnio e mandou protestar contra ele.”

Faltou tempo para examinar a tão apregoadada duplicidade do Conde de Oeiras. Seria necessário cotejá-la com a duplicidade das Cortes da Espanha e da França que, enquanto negociavam com Portugal, planejavam, por exemplo, a repartição dos seus

territórios, ficando o europeu para a Espanha e o do Brasil para a França, e mesmo da Inglaterra que também teria deitado os olhos para a América portuguesa.

Concretamente, Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal a partir de 1770, comprometeu-se a devolver a parte norte do canal e tal fato nunca teve lugar. Disse que o Coronel José Custódio seria preso para responder no Reino e, no entanto, continuou em funções até abril de 1769, não chegou a ser preso e, mais tarde, foi promovido a brigadeiro. Tais fatos comprovariam que tinha atuado de má-fé.

A análise dos extratos dos documentos da época, por nós pesquisados, permite tirar algumas conclusões a tal respeito.

Quando Carvalho e Melo assumiu os compromissos com Madri estava a ser sincero e deu, não só as ordens correspondentes às suas promessas, como ainda a da retirada dos reforços que tinham sido remetidos para o Rio Grande.

O Conde de Azambuja, nomeado exatamente para as fazer cumprir, mas por certo recordado dos esforços que tinha desenvolvido para conservar, anos atrás, cada palmo das raias de Mato Grosso, logo se dispôs a protelar a entrega da margem norte do canal, cuja posse considerava indispensável e, face a novas ameaças que se apresentaram no Sul, decidiu suspender a recolha de forças do Rio Grande. Conhecida em Lisboa a conquista daquela margem "de tão indispensável necessidade" para a nossa segurança, Mendonça Furtado, em carta de 7 de outubro, comunicou que a mesma devia ser conservada até

novas ordens das duas cortes. E, em 28 de janeiro de 1768, face a propostas espanholas que classificou de grandes disparates, Carvalho e Melo determinou ao Vice-Rei: "(...) faça por conservar e sustentar tudo o que puder da parte do Rio Grande de São Pedro, e procedendo sempre na suposição da má-fé do Ministério de Madri, enquanto a experiência não mostrar o contrário (...)."

Foi o Conde de Azambuja quem, por falta de elemento qualificado para o substituir, foi mantendo José Custódio a governar o Rio Grande e isto mesmo depois de Carvalho e Melo ter ratificado, em 30 de março de 1768, a ordem de prisão do coronel e seu transporte para Lisboa e acabou por nomear, para lhe suceder, só em 1769, o Coronel José Marcelino de Figueiredo, o mesmo oficial que comandara o ataque à vila do Rio Grande. As deterioradas relações entre as Coroas já, nesse momento, não justificavam o cumprimento das promessas. Sobre José Custódio escreveu-se de Lisboa "(...) que depois se soube obrou o que devia fazer; e que em lugar de castigo merece ser premiado." Mas só dois anos mais tarde foi promovido a brigadeiro.

Falei de duas pequenas ações, mas em findo, mais adivinhado que descrito, corria um período muito rico da história luso-brasileira. A conquista e manutenção da Guarda do Norte evitou as tentações dos espanhóis por maiores avanços e forneceu a base de ataque que permitiu ao General Böhm conquistar, nove anos mais tarde, a margem sul do canal. Estavam criadas as condições para que os limites de 1777 englobassem, de novo, grande parte do atual es-

tado do Rio Grande do Sul e que os brasileiros se possam orgulhar de um grande e admirável país que, no litoral, se estende do disputado Oiapoque ao Chuí da guarda de Silva Pais.

Sou forçado a concluir. Agradeço a paciência com que me escutaram e deixo-vos a pergunta que a mim próprio formulei: teriam sido as operações no Sul do Brasil, em 1767, “uma guerra ridícula de subalternos”?



FONTES E BIBLIOGRAFIA CONSULTADAS

Fontes Manuscritas

Códices 415 e 567 do Arquivo Histórico Ultramarino (A. H. U.), relativos à correspondência enviada da Corte para os vice-reis deste período.

Documentação avulsa existente no A. H. U., remetida para a Corte, em especial da Capitania do Rio de Janeiro, mas também das suas subalternas (Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento) e, ainda, da Capitania de São Paulo.

Fontes Impressas

Correspondência relativa ao período, da Corte para os vice-reis e destes para a Corte, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomos XXXI 1ª parte, XXXIII 1ª parte, XXXV 1ª parte, e volumes 254 e 255 e na *Revista Brasília*, volume I.

Bibliografia

ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkley e Los Angeles: University of California Press, 1968.

AZEVEDO, J. Lúcio de Azevedo. *O Marquês de Pombal e sua Época*. Lisboa: Clássica Editora, 2. ed., 1990.

BARBA, Henrique M. *Don Pedro de Cevallos*. Madri: ICI, Quinto Centenario, Ediciones de Cultura Hispánica, 3. ed., 1988.

BARRETO, Abeillard. “Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil”, *História Naval Brasileira*. V. 2, tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1979.

— *Bibliografia Sul-Riograndense*. 2 v. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1973, 1976.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. V. IV. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

CIDADE, Francisco de Paula, General. *Lutas, ao Sul do Brasil, com os Espanhóis e seus Descendentes (1680-1828)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul 1503-1960*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960.

GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica...* Contém a biografia de José Custódio de Sá e Faria. Passo Fundo: EDIUPF. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática Portuguesa: constantes e linhas de força*. Lisboa: Edição da Revista Nação e Defesa, 1988.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal, Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Dominação Espanhola do Rio Grande do Sul 1763-1777*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1935.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo*. Paris: Governo Português, tomo 7º, 1851, tomo 8º, 1853. Lisboa: tomo 18º, 1860 (por Luís Augusto Rebelo da Silva).

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. 4. ed. bras. V. III. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

VIANA, Hélio. *História das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 8. ed. Tomo 4º. São Paulo: Melhoramentos, 1975.